

Mapa do Brasil pode mudar e ganhar mais 7 estados

Aglaé Lavoratti

Brasília — O mapa do Brasil poderá mudar e o país passar a ter 30 estados e apenas um território. Essa é a tendência predominante na subcomissão da Constituinte que analisa a proposta para a criação de mais cinco estados - Tocantins, Tapajós, Triângulo Mineiro, Santa Cruz e Maranhão do Sul - e a elevação dos territórios de Roraima e Amapá a estados, mantendo apenas Fernando de Noronha como território.

O relator da subcomissão, deputado Siqueira Campos (PDC-GO), que sonha com a criação do Tocantins há 13 anos, é favorável ao desmembramento de estados sob o argumento de que haveria uma revitalização no país. "Administrar extensões territoriais menores é mais fácil e, portanto, mais eficaz. Se os novos estados propostos tiverem condições econômicas de subsistir serei favorável no meu parecer", diz.

A Constituinte de 1946 suprimiu o território de Iguazu, no oeste paranaense, incorporando a região ao estado do Paraná. Também anexou Ponta Porã ao estado de Mato Grosso e previu a elevação do então território do Acre a nível de estado quando a renda regional fosse equiparada à do último estado da federação em termos de arrecadação. Isso ocorreu em 62, através de lei complementar do Executivo. O estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 1974 e Rondônia foi elevado a estado em 81.

Tocantins

Em 1974 o deputado Siqueira Campos apresentou pela primeira vez a proposta, arquivada em 78. Ela foi reapresentada em 83, aprovada pela Câmara e Senado em 85, mas vetada pelo presidente Sarney. Em 86, o processo se repetiu. Por isso agora quem apresenta a sugestão são entidades dos quase 60 municípios que formarão o novo estado.

Tocantins surge com a divisão ao meio do estado de Goiás, localizando-se ao norte, e poderá ter como capital os municípios de Araguaia, Gurupé ou Porto Nacional. Terá uma extensão de 286 mil quilômetros quadrados e uma população de 1 milhão e 100 mil habitantes.

O deputado considera o estado economicamente viável "pelos 2 milhões e meio de toneladas de grãos que produz anualmente, e um rebanho bovino de 6 milhões de cabeças que contribui para o abastecimento do mercado interno de carne com mais de um milhão de cabeças por ano. Tem ainda calcário, ouro, bauxita, cassiterita e gesso. Ele será o oitavo estado da federação em economia." O deputado acha que a criação de Tocantins é irreversível, mas quer o referendo popular do novo estado para ratificar a decisão da Constituinte.

Tapajós

A criação do estado de Tapajós é proposta do deputado Paulo Roberto (PMDB-PA), membro da Sub-

missão dos Estados. Ele pretende criar Tapajós no oeste do Pará, que abrangerá nove municípios e 1/3 do território paraense. A capital seria Santarém, que é maior metrópole da região.

O novo estado teria 900 mil habitantes e sua independência econômica se daria através das jazidas minerais, o ouro de Itaituba, a agricultura e a pecuária, além da cassiterita e bauxita do Trombetas. "A colonização da região seria incrementada porque um estado do tamanho do Pará é quase impossível de administrar sem que se esqueça da metade do território, diz o deputado." Pela sua proposta, o estado surgiria à margem esquerda do Amazonas e, agora "é importante a mobilização popular como aconteceu em Goiás, para fazer nascer o Tocantins."

Santa Cruz

Dividir a Bahia é um sonho de 40 anos da região do cacau, agora formalizada à Constituinte pelo deputado Fernando Gomes (PMDB-BA), segundo vice-presidente da Comissão dos Estados. A proposta é dividir a Bahia no extremo sul e sudoeste, o que deixaria Santa Cruz com 236 mil quilômetros quadrados e uma população de 3 milhões 700 mil habitantes, abrangendo 164 municípios. Os limites passariam pelos municípios de São Miguel, Milagres, Nova Itarana, Planaltino, Marcionílio Souza, Itaetê, Andaraí, Mucubê, Boninal, Ibitiara, Boquira, Paratinga, Serra Dourada, Santana, Canapolis e Correntina.

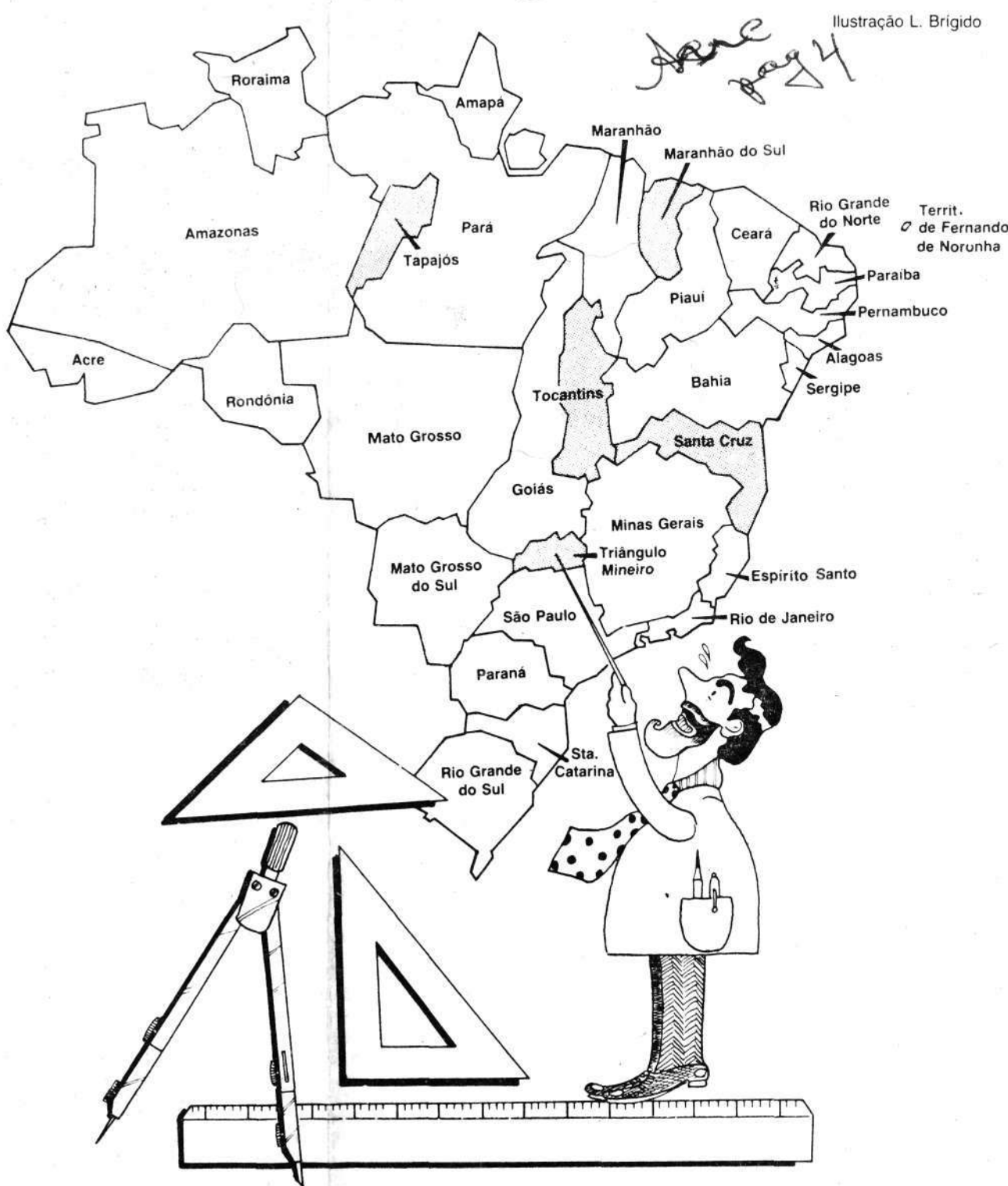
"Economicamente viável", garante Fernando Gomes quando perguntado sobre o assunto, para completar: "Só em exportação de cacau, a região exportou no ano passado 2 milhões de dólares. Além disso, a pecuária é um dos seus pontos fortes. Na verdade, a Bahia hoje sustenta-se basicamente nessa região. Santa Cruz tem todas as chances de nascer nessa nova Constituição".

Triângulo Mineiro

Se alguns baianos sonham com Santa Cruz há 40 anos, o sonho de alguns mineiros para transformar o conhecido Triângulo Mineiro em estado é ainda mais antigo e vem do início do século. A região, que tem modestos 90 mil quilômetros quadrados, abrange 98 municípios e uma população de dois milhões de habitantes. Já pertenceu a São Paulo, que perdeu a região para Goiás. Foi dona Beija que, no século passado, conseguiu a transferência do Triângulo Mineiro para Minas Gerais.

Diz a lenda que um amante de d. Beija cometeu um assassinato na região e, como o ouvidor de Goiás era muito severo, a única forma de livrá-lo da punição foi mudar o traçado do estado. Agora, a Câmara de Vereadores de Frutal iniciou um movimento para formalizar a proposta à Constituinte de transformar a região em estado autônomo.

O senador Ronan Tito (PMDB-MG), natural da região, se diz que



muito simpático à ideia: "Se chegar a sugestão na Constituinte, vou analisá-la com muito cuidado." Ronan Tito diz ainda que a independência econômica é ponto pacífico.

"A região tem infra-estrutura completa, a pecuária e agricultura, assim como a agro-indústria são independentes, e temos jazidas minerais de não-ferrosos de grande expressão". Natural de Araxá, o senador prega que o município deve ser a capital, o que evitaria uma disputa entre Uberaba e Uberlândia. Já foi organizador de um movimento para a criação do estado do Triângulo em 68, mas "qualquer movimento naquela época era desaconselhável". Agora, o estado tem chances de existir. Os limites territoriais do Triângulo seriam a confluência do Rio Grande com o Rio Parnaíba, a nascente do São Francisco, na serra da Canastra até a divisa das Três Marias e fecharia nos municípios de

João Pinheiro, Bom Finópolis e Unaí.

Maranhão do Sul

Dividir o estado do qual o presidente Sarney já foi governador é um sonho de 20 anos do deputado Davi Alves da Silva (PDS-MA). A capital do novo estado seria Imperatriz. Haveria 19 municípios, com 108 mil quilômetros quadrados e 830 mil habitantes. Cortaria o Maranhão ao meio, passando pelos municípios de Barra do Corda, Santa Luzia e Benedito Leite.

A viabilidade econômica do novo estado "dispensaria a ajuda do governo federal para a implantação da capital", diz o deputado Davi Alves da Silva. Também membro da comissão que estuda o assunto, o parlamentar diz que a região produziu 255 mil toneladas de arroz, 30 mil toneladas de milho, 12 mil toneladas

de soja e ainda conta com 900 mil cabeças de gado."

O deputado já conseguiu apoio subscrito por 12 Câmaras de vereadores da região, com a ajuda da população. "A capital, São Luís, nunca deu importância para o sul do Maranhão, em consequência da distância", diz. "Além disso, a Constituinte tem uma nova mentalidade e os parlamentares sabem que redividir o território nacional torna mais fácil sua administração. Esse caminho é irreversível. Devemos ainda elevar Roraima e Amapá a estado. Se fossemos analisar com o cuidado que o assunto merece, a região amazônica deveria ser dividida em mais quatro estados, mas não há mobilização para tanto. Por enquanto ficaremos com mais 7 estados - 5 provenientes da redivisão de estados existentes e dois com Roraima e Amapá — e manteremos Fernando de Noronha território".

Constituinte quer ver local dos problemas

Brasília — Os 22 integrantes da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente tomaram um Boeing 727 da Vasp e foram ver *in loco* os estragos causados pela poluição nas cidades paulistas de Cubatão e Cananéia, e seguem hoje para o Rio de Janeiro com a finalidade de visitar as usinas nucleares de Angra dos Reis. Essa tendência de não mais se contentar com as salas de ar refrigerado do Congresso para discutir os problemas — e tentar constatar os próprios locais — começa a proliferar na Constituinte.

Pelo menos mais três subcomissões já programaram vôos em direção "aos problemas e à sociedade" — como justificou a relatora da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, Cristina Tavares (PMDB-PE). Quanto à Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, não ficará apenas nessa viagem: os parlamentares pretendem visitar o Pantanal matogrossense, regiões amazônicas com doenças endêmicas e a periferia das grandes cidades onde o perfil sanitário seja preocupante. Há quem deseje conhecer os hospitais da rede pública do Inamps.

As viagens, porém, não são um ponto pacífico. Enquanto o deputado Fábio Feldman (PMDB-SP) defendia as excursões pelo fato de a maioria dos parlamentares da subcomissão desconhecer os problemas, o próprio presidente, José Elias Murad (PTB-MG), preocupava-se com a repercussão negativa e com a possibilidade de serem "mal-interpretados".

No entanto, a deputada Cristina Tavares tem um argumento forte para as viagens: "Temos de ouvir as comunidades para pegar legitimidade", diz. "Essas viagens são muito incômodas e sacrificadas. Se os parlamentares visitarem os locais problemáticos e ouvirem as reivindicações das entidades, a subcomissão ganhará o respaldo da sociedade."

Ela projeta participar com a subcomissão, em Manaus, de um congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e de outra realização em São Paulo, na Universidade de São Paulo, para debater com os especialistas e representantes de entidades de pesquisadores. Também estão sendo cogitadas viagens a Pernambuco, para uma reunião da Sudene, e ainda a Belo Horizonte e Rio.

Outra subcomissão com viagens programadas é a de Educação, Cultura e Esportes, convidada pela prefeitura de Uberlândia para visitar o parque desportivo do Sabiá (considerado um dos maiores do país) e toda a rede de ensino público da cidade, tida como exemplar. Quanto aos custos, também há debates a respeito: o deputado Alysson Paulinelli tenta obter da Aeronáutica um jatinho para levar um grupo de congressistas.